

Erro de perspectiva

A vida ensina a toda a gente, inclusive aos governantes. Enganam-se os que supõem ter o poder político o dom de fazê-los superiores à experiência. Sendo a existência humana uma sucessão de fatos, coincidentes uns e outros contrapostos, a atenção dos indivíduos há de ser múltipla, para evitar surpresas. Se há acontecimentos inevitáveis, tanto mais vigilância devem exercer as pessoas. Os dirigentes da sociedade, sobretudo, se não se organizam devidamente, terão que variar muito de caminho. Os obstáculos de fontes inumeráveis os perturbam.



POR
JOSAPHAT
MARINHO

O Estado, de modo especial, em que se situam os dirigentes, sendo o poder maior e mais responsável, é também o que deve organizar-se melhor, para servir bem a coletividade. Ocorre que a estrutura política, por fatores variáveis, nem sempre assim se organiza. Ideias políticas e filosóficas, ação de liderança e outros motivos imprimem diretrizes impróprias à administração. A ordem política e administrativa segue, muitas vezes, direção oposta ao interesse coletivo. Pode até não ser deliberadamente, mas por erro de perspectiva. Nem por isso o equívoco é menos prejudicial à sociedade, ao povo.

Em desvio dessa natureza tem incidido o atual governo da República. Comandado há seis anos por ilustre sociólogo, os programas, por vezes apelidados de planos, se sucedem, sem alcançar seus fins. Das prioridades iniciais às de hoje, desdobraram-se projetos inacabados, ou desprezados. Promoção do desenvolvimento. Avante, Brasil. Medidas sobre a agricultura. E outros. De muitos deles nem se fala. O recente plano de segurança, anunciado com esperanças, parece

substituído pelo aumento da violência, tais os atos de brutalidade que se têm repetido. Agora medida provisória e atos executivos dão notícia de que o governo reagirá à elevação dos preços dos combustíveis e dos medicamentos. Ora, há reclamação de todos os setores de atividades, como da falta de segurança nas diferentes classes sociais, e os preços daqueles produtos vêm aumentando sem cessar.

Em consequência da insatisfação geral, cabia ao governo rever seus métodos de trabalho, estabelecendo novos procedimentos e decisões. Ao contrário de providências isoladas, ou relativas apenas aos setores onde a crise se torna mais grave, cabiam medidas articuladas em planos, com a participação do Congresso Nacional e sentidas as aspirações de todo o corpo

social. O levantamento das dificuldades em conjunto e a adoção de soluções legislativas e executivas coordenadas darão oportunidade a práticas coerentes e provavelmente firmes. Se a ação do governo revelar unidade e abrangência de múltiplos problemas, poderá reduzir a violência, assustar os especuladores e despertar novas esperanças no povo, assim estimulando, também, a colaborar. O desencanto com o governo é que não gera solidariedade. Se proliferam as privatizações sem que o homem comum experimente qualquer vantagem, é natural que pergunte: por que a reforma da Constituição? Se, sobretudo, se desfez o monopólio estatal do petróleo, mas os preços dos derivados praticamente dobraram entre 1999 e 2000, qual o motivo de só agora despertar o governo?

A Constituição, apesar de desfigurada pelas reformas, ainda prevê a elaboração de planos nacionais, que, se aprovados, garantiriam soluções ordenadas para todo o país. O governo não os adota e fica a propor medidas de emergência, que não produzem resultados correspondentes à angústia coletiva. Os problemas de longa duração, ou persistentes em função do desequilíbrio social, não devem ser atacados periodicamente. Cumpre enfrentá-los com a constância que cura o mal. Quando o governo somente cuida de crise, é porque não tem programas permanentes. Não os ter, porém, no mundo plural e de tantas questões de vulto é revelar falta de segura visão do futuro. É erro de perspectiva, que anula a imagem do governo no dia de amanhã.

■ JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

COMANDADO
HÁ SEIS ANOS
POR ILUSTRE
SOCIÓLOGO, OS
PROGRAMAS,
POR VEZES
APELIDADOS
DE PLANOS, SE
SUCEDEM,
SEM ALCANÇAR
SEUS FINS